

Desnacionalização dificulta conversão da dívida externa

Aylê-Salassie

A desnacionalização da empresa brasileira e o excesso de liquidez são os dois pontos mais difíceis de serem contornados no projeto de conversão da dívida externa em investimento interno, examinado, em conjunto, pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, e pelo Banco Central.

O próprio entusiasmo do presidente Sarney em atrair o capital estrangeiro para o Brasil, via conversão, parece ter se arrefecido um pouco, depois de ouvir as ponderações técnicas do Banco Central e as de ordem política do seu consultor e dos partidos da Aliança Democrática.

Mas, apesar das dificuldades encontradas para dar uma conformação final à proposta brasileira de conversão da dívida, o ministro Bresser Pereira, da Fazenda, espera apresentá-la em Washington, aos credores do Brasil, já a partir do próximo dia 24, como uma das formas não-convencionais de encaminhamento.

Já existe dentro do Governo um consenso de que a economia brasileira tem condições de absorver, no mínimo, US\$ 2 bilhões da dívida anualmente, montante que, considerado um deságio médio de 30% — com ônus, em termos de valor de mercado, para o credor e o devedor —, representaria, do ponto de vista contábil, uma amortização nos encargos

gerais da dívida no exercício de US\$ 2,6 bilhões, ou mais se o total da conversão for maior.

O Governo está com problemas também para definir as prioridades desses investimentos. Além dos programas de capitalização, via bolsas de valores, privatização de empresas estatais, já incluídos, como alternativas no projeto, original, agora também as pequenas e médias empresas estão vindo na conversão da dívida uma saída para sua crise de liquidez.

Desnacionalização

Defensor da conversão e um dos funcionários do grupo de estudo do Banco Central que trabalha no assunto, o economista Antônio Carlos Monteiro entende que o governo brasileiro precisa precaver-se do risco da desnacionalização da economia. «A participação minoritária em empresas nacionais seria desajável e deveria até ser estimulada, mas a transferência do controle de empresas nacionais para estrangeiros precisaria ser evitada», diz em estudo.

Por essa razão, observa, «as conversões serão examinadas caso a caso pelo Banco Central», que, por outro lado, deverá considerar as restrições legais e regulamentares que protegem determinados setores da economia.

Explica ele que o problema da desnacionalização refere-se particularmente à conversão pela via direta, pois a conversão por intermédio dos fundos de investimen-

to tem restrições próprias, não sendo admitida a compra de mais de 5% no capital votante e de 20% do capital total de cada empresa, o que torna impraticável a desnacionalização.

Expansão monetária

De acordo com o economista Antônio Carlos Monteiro, o processo de desnacionalização poderá ser controlado também pela fixação de tetos mensais de controle da expansão monetária, através de uma progação e uma acompanhamento compatível.

Do ponto de vista inflacionário, está sendo considerado ainda uma contração dos pagamentos da dívida externa do setor privado e do setor público, que deixarão de necessitar de refinanciamentos, a partir do momento que se tiver uma expansão monetária provocada e sob controle.

Deságio

Independentemente das consequências para credores e devedores, observa Antônio Carlos Monteiro, há uma enorme expectativa em torno da conversão de parte da dívida brasileira em capital de risco interno, mas é preciso que o Governo, antes de ficar as regras da conversão, que virão seguidas de condições, mas também de oportunidades de ganhos e até de subsídios, precavenha-se do problema da liquidez que passarão a oferecer, por exemplo, os títulos brasileiros, variável de perspectivas imponderáveis, e que se definirá após o início das operações.